

MULHER E TRABALHO: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Icaro Taynan Costa Da Silva PEREIRA (*co-autor*)¹

Lourene Maria Da Conceicao Lira De ASSIS (*autor*)²

EJE TEMÁTICO GÉNERO

GT 23 "Políticas públicas, ámbito privado y división sexual del trabajo"

1 ANÁLISE INTRODUTÓRIA

É no berço da sociedade patriarcal que a desigual divisão sexual do trabalho está estabelecida, isso porque nesse tipo de sociedade o homem ou o pai é tido como o chefe da família, enquanto as mulheres estão subordinadas a ele. Aqui, elas são designadas a realizar as tarefas do lar, tudo em nome do amor, da natureza e do dever materno, enquanto o homem fica encarregado de trazer o sustento para a família. A divisão sexual do trabalho é, dessa forma, “a divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos”. Essa divisão tem como características a designação dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social.

Na divisão do mundo do trabalho existe duas grandes esferas, como citado anteriormente: Uma diz respeito a esfera produtiva, que é caracterizada pelo trabalho no setor público, boa remuneração e um número significativo de homens trabalhando; e a outra diz respeito a esfera reprodutiva, que é caracterizada pelo trabalho na esfera privada, sem remuneração, exercido pelas mulheres para sustentar a esfera produtiva. Ou seja, as mulheres são destinadas ao trabalho doméstico e cuidado com os filhos para possibilitar que a família “funcione”, enquanto os homens estão destinados ao trabalho remunerado que carrega um status social.

¹ Graduando no Curso de Serviço Social – CCSA/UFRN – icarotaynan.c@gmail.com

² Graduanda no Curso de Serviço Social – CCSA/UFRN - lourenemaria03@gmail.com

Foi através do movimento feminista que o tema ganhou visibilidade, tendo em vista que ele alertou e expôs a opressão vivenciada pelas mulheres, por parte dos homens e a forma como o trabalho se dividia na sociedade patriarcal. As feministas trataram de evidenciar que o trabalho feminino se realizava de forma gratuita e sempre estava voltado para os homens. Essa denúncia foi viabilizada por um dos primeiros jornais feministas franceses, o *Le Torchon Brûlé*, “consagrando a expressão: “estamos cheias” de fazer o que deveria ser chamado de “trabalho”, de deixar que tudo se passe como se sua atribuição às mulheres, e apenas a elas, fosse natural, e que o trabalho doméstico não seja visto, nem reconhecido”.

O feminismo foi responsável por uma série de conquistas, que possibilitaram a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal (esfera produtiva). Mas, o que acontece a partir desse momento? A resposta é: Uma exaustiva dupla jornada de trabalho! As mulheres, agora, passam a atuar externamente (inseridas, significativamente, em trabalhos precarizados), mas não se livram da responsabilidade de desempenhar o trabalho doméstico (esfera reprodutiva) que lhe foi hierarquicamente designado. Isso quer dizer que apesar de trabalhar nas duas esferas, elas só são remuneradas por desempenhar o que é tido como “trabalho” para a sociedade.

Mesmo atualmente, a luta das mulheres por um espaço de trabalho mais democrático e igualitário parece estar longe de acabar. Na verdade, ainda há muito o que avançar na busca por emancipação e liberdade, para que um dia seja possível se livrar das amarras e rótulos concedidos à elas pelo patriarcalismo.

2 A SEGMENTAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO

A segmentação das mulheres no mercado de trabalho em relação aos homens e sua maioria estando a exercer profissões ditas como femininas não vem de hoje. Esta é uma relação que muito provavelmente antecede a criação do estado e das sociedades tidas como desenvolvidas, se estabelece antes mesmo da existência de profissões e da separação entre trabalho produtivo e reprodutivo numa esfera econômica que age como mantenedora das relações de opressão e de submissão aos ditames e regras capitalistas para cada vez mais suscitar o aumento do capital em relação a exploração, expropriação e opressão de um grupo ou classe. Nesse caso, mais especificamente as mulheres.

Como citado anteriormente essa relação de separação das atividades por gênero é muito antiga, antes mesmo de vigorar o modelo capitalista vigente, ela se

dava nos grupos de tribos onde haviam as divisões entre homens como caçadores e detentores de sua caça e as mulheres como cuidadores e mantenedoras do local e de suas casas, as casas e tudo que envolvia seu trato era de posse das mulheres. Por muito tempo se perpetuou essa relação cooperação social onde tudo era de posse individual e ao mesmo tempo de posse geral, pois não havia relações de trocas ou geração de mais valor, era tudo socialmente posto para a manutenção e a satisfação das necessidades de sobrevivência individuais (considerando, ainda, as particularidades culturais).

De forma superficial, a partir da “evolução” dessas relações e o contado com outros grupos que provavelmente detinham outros matérias começou-se as pequenas trocas comerciais com base no valor equivalente de cada produto, e como os homens eram responsáveis pela “caça” eles ficaram como executores dessa relação. Com o crescimento dessas atividades em conjunto com o crescimento das sociedades essas práticas denominaram o mercado e a partir do mercado era possível conseguir muitas riquezas (que continuam a se caracterizar como posse do homem) enquanto a mulher continua com seu dever primário das atividades domesticas.

Com a riqueza vem junto o casamento (e também, a monogamia feminina e o heteronormativismo) como forma de garantia ao homem de que sua riqueza pertenceria a seus herdeiros e para a propagação do nome. A partir dessa breve e superficial síntese é possível entender mais a fundo o papel da mulher na sociedade atual, que se encontra ainda em algumas sociedades praticamente intacta aos moldes antigos, e da sua reafirmação por grande parte da sociedade que se explicita na obrigação do casamento e da maternidade para a mulher, pois sem isso ela não conseguirá alcançar sua felicidade, esse é um ideário atual que representa as falas conservadoras do local da mulher.

Acresce que, durante os anos 1960, as mulheres representavam 30% da população ativa europeia; em 1996, essa cifra se elevou a 42,5%. Mas, apesar do crescimento da inserção da mulher trabalhadora no mundo do trabalho, essa tendência vem ocorrendo nos espaços onde a precarização é mais acentuada, como por exemplo, no trabalho em tempo parcial, ou ainda, com grande diferenciação salarial. Aliás, isso configura uma situação aparentemente contraditória: no mesmo período histórico em que a Europa caminha no sentido da unificação da sua legislação, a igualdade de salários entre homens e mulheres não existe em nenhuma parte. Em toda a Europa, as mulheres têm salários significativamente menores que os homens.

É dessa forma com o crescimento das relações econômicas de mercado vê-se necessário a introdução das mulheres nos postos de trabalho, mesmo que oprimidas, estigmatizadas e muitas vezes mais exploradas fisicamente e economicamente. Perceptivelmente,

com o neoliberalismo, principalmente com “a liberação das trocas comerciais, com a desregulamentação, a abertura dos mercados e novas lógicas de desenvolvimento das transnacionais, com as privatizações, com o crescimento da subcontratação e da externalização da produção”, consequências relevantes ocorrem na divisão sexual do trabalho, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo. (Hirata, 2001/02: 143).

Mas com a inserção em massa quando em muitas vezes os números de homens caíam entre as relações de acumulação flexível e reestruturação do capital (poderia ser daí que surgiu o senso comum q mulheres fazem várias coisas ao mesmo tempo- flexibilidade).

A partir daí os dados representam basicamente as mesmas características tanto na Europa quanto na América Latina e no Brasil. Dessa forma é possível observar nestes locais as diferenças salariais e a grande maioria das mulheres ocupando cargos de trabalhos parciais, pois além de terem leis mais flexíveis e ganharem bem menos ainda é possível “tomar conta” das atividades domésticas (onde não são remuneradas e nem tempo de trabalho estabelecido), dessa forma as mulheres hoje em dia ocupam tanto o trabalho produtivo quanto o reprodutivo, e esse papel é destinado único e exclusivamente para as mulheres. Dessa forma Hirata afirma que isso só é possível pois a sociedade respalda e difunde essa ideia. A mulher que se nega a um casamento (muitas vezes opressor) e a obrigação da maternidade ainda hoje é vista por maus olhos.

3 IMPACTO ECONÔMICO E REFLEXO SOCIAL DA DESIGUALDADE SALARIAL

Assimilado outrora a um salário de complementação, o trabalho feminino não chegava a produzir uma identidade profissional vivida e reconhecida. Já não é assim no momento em que as mulheres se comprometem continuamente com a vida profissional e recusam uma identidade constituída apenas pelos papéis familiares (LIPOVETSKY, 2000, p. 224).

Apesar dos elementos apontados acerca da exploração da mão de obra feminina no mercado de trabalho para cargos parciais, com menores remunerações devido a estruturas muitas vezes marcadas pela divisão sexual do trabalho, a

participação da mulher em cargos de chefia já é uma realidade no Brasil e no mundo. Como é apontado na tese da Andressa Paula Bauermann, essas mulheres são vítimas de imposições e julgamentos por ocupar posições de poder; ela traz relatos de mulheres em posição de chefia que, em seus discursos, revelam opressões do âmbito familiar, social, de conduta e estilo de vida, derivados de ideais machistas, assim como demonstram a luta e o crescimento feminino nesse campo, com discursos de igualdade entre os gêneros. Na sua tese de doutorado, Bauermann, traz um debate acerca da pseudo igualdade de gênero, na particularidade do ambiente corporativo enquanto uma das entrevistadas afirma que “Não entendo ser uma questão de gênero, uma pessoa não age desta ou daquela maneira por ser homem ou mulher. As pessoas tem personalidades e comportamentos diferentes, independente de gênero”, outra afirma que “Sim, algumas mulheres nos cargos de chefia demonstram virilidade nas atitudes (corpo) e comportamento masculinizado para serem respeitadas”. Logo, inserido no capitalismo podemos observar que,

As relações sociais de gênero, entendidas como relações desiguais, hierarquizadas e contraditórias, seja pela exploração da relação capital/trabalho, seja pela dominação masculina sobre a feminina, expressam a articulação fundamental da produção/reprodução. O primado econômico de exploração e a opressão/dominação de gênero confirmam a nossa opção de trabalharmos, baseados na divisão sexual do trabalho nos espaços produtivo e reprodutivo, pois, dessa forma, temos a oportunidade de salientar a importância do estudo do trabalho na esfera reprodutiva e sua intersecção com o trabalho assalariado na esfera produtiva, contemplando as dimensões objetivas e subjetivas, individuais e coletivas existentes nessa relação.³ (LIMA, HIRATA, NOGUEIRA E GOMES, 2007)

Para concretizar o que foi abordado, temos um claro exemplo de impacto sócio familiar/afetivo, retratado por uma das entrevistadas por Bauermann, onde ela afirma que

³ É fato que a nova fase do capitalismo corresponde a novas possibilidades para o desenvolvimento regional exigindo-se a redefinição das instituições estatais em termos de organização, respeitando-se as experiências das classes trabalhadoras na construção de alternativas face às exigências da reestruturação produtiva e pelo controle dos usos do território. Desta forma, originam-se e são recriados padrões de cooperação do trabalho reconhecendo-se o potencial das dinâmicas regional e territorial como instrumento de emancipação capaz de gerar novas alternativas e padrões de desenvolvimento através do poder associativo e cooperativo e da articulação coletiva. As mulheres participam dessas iniciativas, que nem sempre são consideradas efetivas e duradouras cumprindo um papel de funcionalidade ao incorporar trabalhadores excluídos pela crise do capital.

“Eu tive muitos problemas com relação ao meu casamento também. Eu tinha a impressão de que o meu marido tinha inveja do cargo que eu exercia. Seus comentários eram sempre desabonadores, como se o meu trabalho fosse mais fácil que o dele, como se não merecesse a remuneração que me era paga. Quando ele ganhava mais do que eu, a relação dele com o meu trabalho era ótima, ele elogiava o que eu fazia. Mas quando eu comecei a ganhar mais e bancar uma série de coisa em casa, ele começou a implicar comigo, ele criticava meu cabelo, até meu modo de andar e falar”

4 POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS COMO RESPOSTA ÀS NECESSIDADES E GARANTIA DOS DIREITOS DAS TRABALHADORAS

Em se falando da exacerbada desigualdade explanada nesse artigo, no que se trata do âmbito trabalhista e em muitas outras áreas da sociedade civil, faz-se necessário o processo de construção do PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que contou com a participação da sociedade civil, movimento de mulheres rurais e urbanas, feministas e organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres, através das Conferências de Mulheres municipais, estaduais e nacional, valorizando-as cada qual em sua particularidade.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) está às vésperas de completar sua primeira década de existência e continua sendo um marco no processo de consolidação e amadurecimento das políticas para as mulheres. Fruto de diálogo permanente entre governo e sociedade civil, esse instrumento reforça o princípio de que em um Estado plenamente democrático a condição da participação social, sobretudo das mulheres, é constitutiva de todas as fases do ciclo das políticas públicas. Possuindo alguns princípios orientadores, como autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida, busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos, caráter laico do Estado; universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; e transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.

É sabido que as práticas patriarcais seculares enraizadas nas relações sociais e nas diversas institucionalidades do Estado devem ser combatidas no cotidiano de maneira permanente, principalmente no que se trata da conjuntura brasileira, hodiernamente. A busca pela igualdade e o enfrentamento das desigualdades de gênero fazem parte da história social brasileira, história esta construída em diferentes espaços e lugares com a participação de diferentes mulheres, com maior e menor visibilidade e presença política.

O III PNPM, vem em um mão favorável à autonomia econômica feminina, promovendo a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta, considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe, raça e etnia, desenvolvendo ações específicas que contribuam para a eliminação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na valorização da participação das mulheres no desenvolvimento do país.

Possuindo, assim, como objetivos específicos, como

- I. Ampliar a participação e a permanência das mulheres no mundo do trabalho, garantindo a qualidade nas condições e igualdade de rendimentos.
- II. Promover a organização produtiva e o acesso à renda para mulheres, especialmente das em situação de vulnerabilidade social.
- III. Promover a valorização e o reconhecimento da contribuição das mulheres do campo, da floresta, mulheres indígenas, das comunidades tradicionais e das mulheres com deficiência para o desenvolvimento econômico do país.
- IV. Promover políticas que visem o compartilhamento das responsabilidades domésticas e que contribuam para a superação da divisão sexual do trabalho.
- V. Ampliar a formalização do trabalho das mulheres e a garantia de direitos.

(III, PNPM 2013-2015)

No que se trata de fomentação de políticas públicas a nível internacional, a ONU integra aos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), a meta global de número 5 que reflete a “Igualdade de Gênero” para alcançar a paz mundial até 2030, entre seus objetivos estão

- Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.
- Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.
- Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.
- Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.
- Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

5 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

Esta pesquisa partiu da problemática mais ampla da divisão sexual do trabalho para verificar em que momento houve a inclusão das perspectivas de gênero nessa temática, notadamente dando visibilidade a criação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM e da visibilidade que a ONU tem dado a igualdade de gênero enquanto ferramenta política de ação global. A análise efetuada trouxe alguns apontamentos sobre a problemática geral da qual se partiu, dentre as quais se destaca a influência do mercado capitalista, da competitividade e da interferência psicológica dos diversos pensamentos femininos acerca do tema.

Utilizamos assim como base teórica, artigos científicos de renomadas escritoras no campo de gênero, dando ênfase ao exercício da pesquisa bibliográfica e análise gráfica e de dados que pressupunham segurança e confiabilidade nas informações que estavam sendo repassadas.

Dessa forma, buscamos refletir acerca de como as práticas naturalizadas domésticas como atividades pré-destinadas às mulheres interferem em uma carreira de sucesso para o sexo feminino, em sua particularidade, transmitindo como o capitalismo também vai interferir nessa relações e por fim, explanando a responsabilidade do estado em tratar dessas relações como forma de promover a democratização dos direitos e manter-se em trabalho para o alcance da igualdade de gênero.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ávila, Maria Betânia. As mulheres no mundo do trabalho e a relação corpo e sujeito. **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, SOS Corpo, ano V, n. 4, dez 2011.

KERGOAT. Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et. Al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

LIMA, Terezinha; HIRATA, Helena; NOGUEIRA, Cláudia; GOMES, Vera. **Trabalho, Gênero e a Questão do Desenvolvimento**. São Luís: III Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2007.

PAULA, Andressa Bauermann. **A Participação de Mulheres em Cargo de Chefia**. Porto Alegre 2013.